

**SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL E RACISMO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

**CHILD AND ADOLESCENT MENTAL HEALTH AND RACISM: A LITERATURE
REVIEW**

Hemanuely Teixeira Ricardo

Psicóloga, acadêmica do curso de Pós Graduação em Saúde Mental e Atenção
Psicossocial da ESCS;
E-mail: manuteixeira34@gmail.com

Sara Hussein Garcia de Figueiredo

Psicóloga, Especialista em Saúde Mental Infantojuvenil, Mestra em Psicologia
Clínica e Cultura UNB, Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura da UNB,
Professora do curso de Pós Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial
da ESCS;
E-mail: sarafigueiredohg@gmail.com

Resumo

Este trabalho buscou identificar e descrever como a academia brasileira tem abordado a relação entre racismo e saúde mental infantojuvenil, especialmente no contexto dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi). Este estudo realizou uma revisão integrativa da literatura, e após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, sete estudos foram selecionados, incluindo artigos científicos e trabalhos acadêmicos, a análise dos dados foi pautada pela Análise de Conteúdo Temática. Os resultados indicam que, embora existam políticas públicas externas à equidade racial na saúde, a implementação de práticas antirracistas nos CAPSi ainda é incipiente, havendo uma deficiência de pesquisas que contemplam diretamente a experiência de crianças e adolescentes negros no CAPSi. Observa-se que os profissionais frequentemente desconhecem ou negligenciam as questões raciais, limitando-se à coleta do quesito raça/cor sem aprofundar sua aplicação no cuidado. Além disso, há uma lacuna significativa na escuta ativa de crianças e adolescentes negros, com a maioria das pesquisas focando em relatos de profissionais e familiares. Conclui-se que a superação dessas limitações exige não apenas o reconhecimento do racismo como determinante social da saúde, mas também uma reflexão crítica sobre o modelo econômico que sustenta e perpetua desigualdades estruturais, além da adoção de práticas institucionais que promovam a equidade, o protagonismo infantojuvenil e a formação continuada das equipes.

Palavras-chave: Saúde mental infantojuvenil; racismo; CAPSi; Centro de Atenção Psicossociais Infantojuvenil

Abstract

This study aimed to identify and describe how Brazilian academia has addressed the relationship between racism and child and adolescent mental health, particularly in the context of Child and Adolescent Psychosocial Care Centers (CAPSi). This research conducted an integrative literature review, and after applying inclusion and exclusion criteria, seven studies were selected, including scientific articles and academic papers. Data analysis was guided by Thematic Content Analysis.

The results indicate that, although there are public policies external to racial equity in health, the implementation of anti-racist practices in CAPSi remains incipient. There is a lack of research directly addressing the experiences of black children and adolescents in CAPSi. It is observed that professionals often ignore or neglect racial issues, limiting themselves to collecting race/color data without deepening its application in care. Additionally, there is a significant gap in actively listening to black children and adolescents, with most studies focusing on reports from professionals and family members. It is concluded that overcoming these limitations requires not only recognizing racism as a social determinant of health but also critically reflecting on the economic model that sustains and perpetuates structural inequalities. Furthermore, adopting institutional practices that promote equity, child protagonism, and continuous training of teams is essential.

Keywords: Child and adolescent mental health; racism; CAPSi; Child and Adolescent Psychosocial Care Centers

1. Introdução

As discussões com relação à necessidade de uma política de saúde mental infantojuvenil se deram mais tardiamente se comparadas ao processo do público adulto. Dessa forma, no início do século XX, começou a se pensar no cuidado de crianças e adolescentes, pautado em uma lógica higienista e de inspiração normativo jurídica, no qual o desfecho era marcado pela institucionalização e criminalização da infância “*pobre*” (Brasil, 2005). As instituições cumpriam a função social de controlar e punir não só as crianças e adolescentes pobres, mas também a culpabilização de famílias com dificuldades na manutenção dos cuidados materiais (Rizzini, 2004). Baseadas em um modelo asilar, a institucionalização tinha como objetivo segregar e isolar sujeitos atravessados pela pobreza material, que era reconhecida como geradora de crianças abandonadas e jovens delinquentes. (Brasil, 2014).

Em 1980, a partir de diversas manifestações sociais de reivindicações de direitos, foi possível a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que passou a delinear os direitos integrais das crianças e dos adolescentes com a efetivação de políticas sociais, contrapondo o modelo asilar já posto (Brasil, 1990). Nesse mesmo período, também resultado de lutas sociais, o processo da reforma psiquiátrica brasileira já estava sendo pautada nas Conferências de Saúde Mental. Entretanto, o foco majoritário nesse período era o público adulto. Somente na III Conferência de Saúde Mental (2002a) o público infantojuvenil encontrou uma proposta mais concreta e norteadora de ações no campo da saúde mental e atenção psicossocial (Brasil, 2002a).

Dentre as principais propostas da III Conferência de Saúde Mental, destacou-se a necessidade de ampliação e fortalecimento dos serviços de atenção psicossocial voltados a crianças e adolescentes, que deveriam ter como uma de suas prioridades os projetos de desinstitucionalização de crianças e adolescentes institucionalizados em manicômios ou abrigos. A III Conferência enfatizou a importância de uma abordagem interdisciplinar e intersetorial, que integrasse educação, saúde e assistência social, além da criação de fóruns para discutir questões referentes ao público infantojuvenil. Essas propostas visavam garantir uma atenção integral e digna, respeitando as particularidades do desenvolvimento infantojuvenil e os direitos das crianças e adolescentes (Brasil, 2002a). Com a promulgação da Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, iniciou-se a implementação dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSi), com objetivo de atender crianças e adolescentes em sofrimento psíquico grave (Brasil, 2002b).

No que tange a temática racial e sua relação com a saúde, têm-se como um marco a portaria de nº 992, de 13 de maio de 2009, que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Tal portaria reconhece o racismo, as desigualdades raciais, e o racismo institucional como fatores determinantes de saúde, tendo como um dos seus princípios a equidade, ou seja, a promoção de saúde considerando as desigualdades e reconhecendo a importância de ações estratégicas para superá-las (Brasil, 2009). Além disso, tal política tem como diretrizes a formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde sobre a temática do racismo e saúde da população negra e o incentivo a produção de conhecimento científico e tecnológico no que diz respeito à saúde da população negra. Ademais, dispõe como uma das estratégias de gestão o fortalecimento da atenção à saúde mental das crianças e adolescentes negros, tendo como um dos focos a prevenção dos agravos decorrentes dos efeitos da discriminação racial e exclusão social (Brasil, 2009).

O conceito de racismo que fundamenta este trabalho é o descrito por Almeida (2019), que aborda o racismo como estrutural e sistêmico, sendo sua existência baseada em um processo em que condições subalternas e de privilégios são materializadas e se dispersam entre os mais diversos grupos raciais, que são

reproduzidos nos contextos políticos, econômicos e sociais. O “*Antinegro*”, descrito por Almeida (2019), trata-se das pessoas brancas que são constantemente beneficiadas por condições favoráveis baseadas em uma sociedade que prejudica e inferioriza a população negra.

O racismo enquanto processo político e histórico se naturaliza no meio social por moldar as subjetividades e sustentar privilégios. No entanto, classificar o racismo como estrutural não anula a responsabilidade individual sobre o tema. É imprescindível que todos se responsabilizem e adotem práticas antirracistas, caso contrário estará sendo conivente com a manutenção do mesmo (Almeida, 2019). Almeida, também pontua sobre essa questão quando diz que: “em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo” (Almeida, 2019, p. 37).

Vila Nova (2023) traz a perspectiva da invisibilidade das crianças negras no Brasil, apontando para as poucas obras que dialogam sobre o processo de escravidão das crianças negras. A autora faz um contraponto com os dias atuais da infância negra, que por vezes se apresenta de maneira precária, tendo direitos violados em decorrência das vulnerabilidades sociais em que se encontra associada ao racismo. Não é de hoje que crianças e adolescentes negros são violentados no Brasil, desde o período colonial, onde as crianças filhas de mulheres escravas tinham de ser abandonadas ou eram também violentadas como seus ancestrais, sem garantia de nenhum direito ou reconhecimento dos mesmos como indivíduos (Camargo et al. 2005)

Atualmente o racismo perpassa na vida das crianças e adolescentes de novas formas, mas que não deixam de ter características semelhantes às dos séculos anteriores. As instituições públicas ou privadas como saúde, educação, espaços de lazer, internet são meios onde o racismo se dissemina para com o público infantojuvenil (SILVA et al. 2024). Segundo dados do Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2024), em 2023, a cada 100 mil pessoas entre 0 e 19 anos, do sexo masculino e de cor negra no Brasil, 18,2% são mortos, enquanto para a mesma faixa etária branca o percentual foi de 4,1%. Ademais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (2022) o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil aumentou no país. Em 2022, 1,882 milhões de crianças e adolescentes com idades entre 5 e 19 anos se encontravam trabalhando, sendo que 66,3% desse público eram pretos e pardos (IBGE, 2022).

São poucas as publicações que discutem sobre a relação do racismo com a saúde mental infantojuvenil, sendo que estas versam sobre as consequências da discriminação racial no desenvolvimento infantojuvenil ou sobre a atuação nos CAPSi's. No entanto, pouco se sabe sobre como é a assistência prestada e sobre como é o manejo com crianças e adolescentes negros. Barros e Santos et al. (2022) relatam experiência em pesquisa de campo em um CAPSi da cidade de São Paulo onde a equipe aparentou se comportar de maneira omissa e indiferente frente às questões raciais trazidas pelas crianças e adolescentes, conferindo destaque ao tema apenas no mês da consciência negra. A partir das buscas, observou-se que as pesquisas nesse campo ainda são limitadas, carecendo de dados precisos sobre o público atendido nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil.

Levando em consideração a existência de políticas públicas que discutem e visam garantir um cuidado especializado em saúde mental infantojuvenil e também uma política de saúde integral da população negra que reconhece que o racismo afeta a saúde mental da população negra, a pergunta que norteou este trabalho foi: O que a academia brasileira tem produzido sobre a relação do racismo e a saúde mental infantojuvenil?

2. Metodologia

Para realização deste estudo, foi realizada uma pesquisa baseada na revisão integrativa de literatura, com buscas realizadas nas bases de dados SciELO, BVS e Google Acadêmico, contudo, devido à duplicação de estudos encontrados, optou-se por utilizar exclusivamente o Google Acadêmico. Os termos de busca utilizados foram “racismo”, “saúde mental infantojuvenil”, “CAPSi”, “Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil”, no qual o uso do operador booleano “AND” serviu como estratégia de busca. Dessa forma, a pesquisa se deu a partir da análise de produções, como artigos, TCCs e dissertações, onde foi observado se a

academia brasileira tem registros do processo de cuidado em saúde mental de crianças e adolescentes negros (as) e como tem sido abordado a temática.

A busca inicial resultou em 2.122 publicações. Após a leitura sistemática dos títulos e resumos, foram excluídos artigos repetidos e aqueles que não atendiam aos critérios de inclusão, que consistiam em: publicações realizadas a partir de 2009, ano em que foi implementada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra pelo Ministério da Saúde, até julho de 2024; e estudos que abordassem a aplicabilidade ou pesquisa de campo nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi). Após esse processo, restaram 46 estudos, cujos resumos e metodologias foram analisados. Nesse estágio, 33 publicações foram excluídas por não abordarem a assistência prestada a crianças e adolescentes negros.

Na análise detalhada dos artigos restantes, mais 7 foram descartados por apenas mencionarem o racismo como fator de risco ou a relação entre medicalização e quesito cor, sem explorar diretamente as questões centrais do estudo. Foram mantidas seis publicações, com a adição de mais uma, identificada por indicação e não pelo mecanismo de busca inicial. O conjunto final de estudos incluiu dois trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e cinco artigos, realizados predominantemente em CAPSis da cidade de São Paulo, e demais localizados em Brasília e Porto Alegre.

Após o levantamento, os artigos foram lidos na íntegra e realizado o fichamento de todos, extraindo quais os conceitos e as principais discussões. A análise dos dados foi pautada pela Análise de Conteúdo Temática, no qual Bardin (2011) define como técnica qualitativa usada para examinar e interpretar o conteúdo de textos com o objetivo de identificar, categorizar e interpretar padrões emergentes dos dados. Dessa forma, a partir de uma abordagem exploratória e qualitativa, buscou-se nas produções científicas de até o mês de julho de 2024, se o racismo é considerado no processo de cuidado em saúde mental infantojuvenil e como tal fato tem sido utilizado.

3. Resultados e Discussão

3.1 Aspectos gerais

Na revisão integrativa foram selecionadas para análise sete publicações que atenderam aos objetivos do estudo, conforme consta na tabela 1. Entre os estudos publicados, têm-se dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC): o primeiro, baseado em uma experiência empírica de residentes que realizaram oficinas de rap com adolescentes em um CAPSi de Porto Alegre; e o segundo, que utilizou a metodologia de sistematização de experiências com o público infantojuvenil em um CAPSi de Brasília. Por fim, cinco artigos, também realizados em São Paulo, que adotaram metodologias como entrevistas com técnicos de referência dos CAPSi, familiares, análise de prontuários ou a partir de observações.

A maioria dos pesquisadores identificados nos estudos era composta por estudantes da área da saúde. Os objetivos das pesquisas incluíram: analisar as estratégias adotadas por um CAPSi no cuidado psicossocial de crianças e adolescentes negros; compreender as interrelações entre atenção psicossocial, racismo e território; explorar o uso do rap como ferramenta terapêutica para enfrentar o racismo institucional e fortalecer o cuidado em saúde mental; e investigar como a temática étnico-racial é incorporada à organização e às práticas do CAPSi.

Quatro dos estudos analisados basearam-se em entrevistas com técnicos de referência ou familiares. (Barros et al., 2022; Candido et al., 2022; David e Vicentin, 2020; Régio et al., 2023). Apenas um artigo, cujo objetivo era utilizar o rap como estratégia, destacou-se por incluir a escuta direta do público adolescente. (Santos, 2020). Alguns temas se destacaram na análise geral das publicações, como: o desconhecimento dos profissionais em relação à temática racial; a importância da articulação com o território no cuidado; a relevância da representatividade racial no processo terapêutico; a necessidade de coleta adequada do quesito raça/cor; e a carência de estratégias transversais para o acolhimento e manejo voltados ao público negro.

Tabela 01: Trabalhos acadêmicos sobre racismo e saúde mental infantojuvenil produzidos até julho de 2024

| Categoria | Autores/Ano | Título | Local da pesquisa |
|------------------|------------------------|---|--------------------------|
| Artigo | Barros et al., 2022 | Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo | São Paulo |
| Artigo | Candido et al., 2022 | O quesito raça/cor no processo de cuidado em centro de atenção psicossocial infantojuvenil | São Paulo |
| Artigo | Régio et al., 2023 | O cuidado de crianças e adolescentes negros com problemas de saúde mental na interseccionalidade entre gênero e raça* | São Paulo |
| TCR | Santos, 2020 | Do Rap à RAPS : por uma (trans)formação em saúde mental ampliada | Porto Alegre- RS |
| Artigo | David e Vicentin, 2020 | Relações raciais, uma questão antimanicomial | São Paulo |
| TCC | Silva, 2023 | Racismo em trajetórias de vida e os encontros com uma estudante de terapia ocupacional negra | Brasília |
| Artigo | Ferreira et al, 2021 | Aspectos da territorialização do cuidado em um CAPSi: estudo seccional | São Paulo |

3.2O racismo institucional: Para além do quesito raça cor

Os estudos analisados destacaram o racismo institucional como um tema recorrente na interface entre saúde mental infantojuvenil e racismo. A maioria enfatiza a relevância do quesito raça/cor enquanto marcador fundamental para a importância da coleta desse quesito, não apenas para monitoramento de desigualdades, mas também para o planejamento de intervenções mais equitativas na saúde mental, considerando que em alguns casos apresentados nos artigos

essa informação não é coletada ou não é entendida como relevante. (Barros et al., 2022; Candido et al., 2022; David e Vicentin., 2020)

Observa-se que a coleta do quesito raça/cor nos serviços de saúde desempenha um papel crucial na identificação das desigualdades raciais e na formulação de estratégias de enfrentamento do racismo institucional, contribuindo para que se tenha uma visão mais ampla acerca das iniquidades raciais. Contudo, há desafios significativos, que inclusive se apresentaram nas pesquisas, como a dificuldade dos profissionais em compreender a importância desse dado para práticas de saúde mais equitativas (David e Vicentin, 2020). Além disso, a resistência em abordar a autodeclaração racial reflete barreiras estruturais que precisam ser superadas por meio de educação continuada e fortalecimento da compreensão sobre as relações entre racismo e saúde. (Santos et al., 2021)

Entretanto, é fundamental ampliar o olhar para além desse quesito, entendendo como o racismo se manifesta nas práticas institucionais, nas relações entre profissionais e usuários e na efetividade das estratégias de acolhimento. Embora o quesito raça/cor seja uma ferramenta necessária para a produção de dados e planejamento de ações, ele não pode ser a única abordagem na luta contra o racismo institucional. Barros et al. (2022) e Ferreira et al. (2021) apontam para a necessidade de uma articulação mais ampla com o território, considerando as especificidades sociais, culturais e raciais da população atendida. Além disso, destaca-se a relevância de práticas que promovem representatividade racial, considerando que nas pesquisas foi observado como personalidades ou profissionais negros influenciam positivamente no processo de cuidado, e de ações que integram transversalmente a temática étnico-racial em todos os níveis do cuidado e não apenas em datas como mês da consciência negra como apontam algumas análises. (Candido et al., 2022; Barros et al., 2022; Silva e Brenda, 2023).

O relatório técnico do Diálogo Deliberativo (2020), destaca que as práticas de cuidado nos CAPSi devem considerar o impacto do racismo estrutural, sendo fundamental que os profissionais de saúde discutam não apenas o racismo, mas também os privilégios da branquitude e as formas de opressão que se manifestam nos serviços, muitas das vezes dando nome ao que as crianças e adolescentes sentem ou estão passando, como foi apresentando na pesquisa de Barros et al.

(2022). As deliberações também enfatizaram a necessidade de expandir o debate sobre racismo para outras áreas como a educação, dado que as experiências de discriminação frequentemente começam na escola, sendo este um ponto que também se mostrou evidente nas pesquisas de Barros et al. (2022) e Candido et al. (2022) que demonstram que a maioria dos casos de racismo direcionados ao público infantojuvenil ocorrem na escola.

3.3 Onde estão as pesquisas com as crianças e adolescentes negras do CAPSi?

De certa forma, todas as publicações analisadas também se basearam em observações por parte dos pesquisadores, o que permitiu captar as dinâmicas dos serviços, as ações realizadas e os contextos institucionais que permeiam o atendimento. Além disso, foram realizadas entrevistas com profissionais dos CAPSi, que compartilharam suas experiências e percepções sobre o cuidado prestado a crianças e adolescentes negros. Os profissionais relataram as ações realizadas, o que falta implementar e descreveram experiências dos usuários relacionadas ao racismo. Um exemplo disso foi descrito por Barros et al. (2022), ao trazer o relato de um profissional que contou sobre uma adolescente negra ter se desenhado branca, loira e de olhos azuis em um momento de desorganização.

Régio et al. (2023) baseou a sua pesquisa em entrevistas com familiares, com o objetivo de compreender o perfil sociofamiliar das crianças e adolescentes e como esses contextos influenciam o processo de cuidado. Já Santos e Maurício (2020) se basearam em relatos de experiência com as crianças e adolescentes, no qual uma se trata de oficinas de RAP com adolescentes, que ocorreram em um CAPSi na tentativa de criar um espaço seguro de expressão para adolescentes, onde fosse possível abordar suas experiências relacionadas ao racismo e à violência, ao mesmo tempo que promovem a construção de identidades positivas. No entanto, tal proposta enfrentou desafios significativos, como a resistência institucional e a precarização das políticas públicas, fatores que comprometem a continuidade e a eficácia das ações, mas ainda assim o pesquisador reconheceu como positivo esse local de troca e escuta com os adolescentes.

No relato de Silva (2023) foi descrito a experiência de uma estudante negra que realizou atendimentos a crianças e adolescentes negros, destacando a relevância da representatividade no processo de cuidado, descrevendo como os usuários se sentiram mais à vontade durante os atendimentos o que contribuiu para avanços significativos no vínculo terapêutico, apresentando consideráveis evoluções.

A partir da análise das publicações sobre saúde mental infantojuvenil evidencia-se uma lacuna importante: a ausência de pesquisas que considerem centralidade às vozes de crianças e adolescentes negros atendidos pelos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), como descrito anteriormente, as pesquisas focam em entrevistas com funcionários, familiares ou a partir das percepções dos próprios pesquisadores. Essa ausência não é apenas uma falha no campo científico, mas também reflete uma prática institucional de desconsiderar as perspectivas dos usuários no processo de cuidado, corroborando com o histórico social de invalidar a voz das crianças e adolescentes, e portanto, prejudicando o cuidado em saúde mental ao deixar de incluir as narrativas das próprias crianças e adolescentes negras sobre suas experiências.

Ao focar principalmente em adultos e nas estruturas institucionais, as pesquisas deixam de captar de forma mais profunda as perspectivas, vivências e subjetividades de crianças e adolescentes negros, especialmente no que diz respeito ao impacto do racismo em suas trajetórias de cuidado nos CAPSi. Essa lacuna aponta para a necessidade urgente de metodologias que privilegiam a escuta ativa deste público.

3.4 Horizontes para superação do pacto da democracia racial nos CAPSi

Freyre (2006), em sua obra *Casa-Grande & Senzala*, apresentou a ideia de que o Brasil desenvolveu uma "democracia racial" devido à miscigenação entre europeus, africanos e indígenas. Segundo Freyre, esse processo teria gerado uma convivência mais harmoniosa, no qual a miscigenação teria resultado em um ambiente social mais igualitário, mascarando as desigualdades e as violências estruturais entre diferentes grupos étnicos no Brasil, se comparada a outros países marcados pela segregação racial. Contudo, Almeida (2019), em suas reflexões

sobre o racismo estrutural, critica o conceito de democracia racial, argumentando que ele serve como um mito que encobre as desigualdades e violências sistemáticas enfrentadas pela população negra no Brasil. Para Almeida, essa ideia perpetua a falsa percepção de que há igualdade racial, enquanto na prática, as estruturas sociais, econômicas e políticas continuam reproduzindo o racismo em diversas esferas da sociedade, sobretudo em uma sociedade pautada no capitalismo dependente e abruptamente desigual.

Considerando os fatos acima mencionados, torna-se imprescindível que os CAPSi desenvolvam práticas de cuidado que promovam a equidade e reconheçam as particularidades biopsicossociais dessa população, considerando que o cuidado em saúde mental não pode ser uniforme ou descontextualizado, com a criação de espaços de escuta e intervenção que reconheçam as demandas específicas do público negro. Isso inclui tanto estratégias educativas para os profissionais, como promoção de ações comunitárias e territoriais.

A partir disso, os serviços CAPSi devem ter como presente e futuro ações que rompam com o silenciamento histórico destinado a crianças e adolescentes, e sobretudo cessar o silenciamento de práticas racistas, ou seja, práticas que corroboram com violências destinadas à população negra. Essas práticas, historicamente, se apresentam no silenciamento do racismo enquanto determinante da saúde mental infantojuvenil.

A superação do silenciamento do racismo enquanto determinante da saúde mental infantojuvenil passa, necessariamente, pela reflexão crítica sobre o modelo econômico que sustenta e perpetua desigualdades estruturais, como o capitalismo. Este sistema concentra riquezas e oportunidades, ao mesmo tempo em que intensifica as disparidades sociais. No campo da saúde mental, o capitalismo reforça a exclusão ao priorizar um modelo de atenção centrado em interesses mercadológicos e punitivos, em detrimento de práticas que promovam o cuidado integral e a equidade. Superar essa lógica é fundamental para a construção de serviços que realmente atendam às demandas das crianças negras, reconhecendo suas vivências e rompendo com as práticas de violência que historicamente as afetam.

Nesse contexto, é necessário questionar se o CAPSi está atuando em benefício dos interesses do Estado, que muitas vezes utiliza dispositivos de controle para manter uma ordem social excludente, ou se está verdadeiramente engajado em promover práticas que favoreçam a emancipação da infância negra. O CAPSi, ao lado de outras instituições, tem a responsabilidade de abrir caminhos para que saberes circulem entre a sociedade, promovendo o protagonismo das comunidades negras e garantindo que essas crianças sejam vistas e ouvidas. No entanto, para que isso aconteça, é preciso superar uma visão que apenas aprisiona ou estigmatiza, promovendo, em vez disso, redes de cuidado que articulam diferentes setores, como a escola, os espaços culturais e os movimentos sociais, ampliando as possibilidades de atuação antirracista.

4. Considerações finais

É imprescindível que as pesquisas sobre saúde mental infantojuvenil ampliem seu foco, incorporando de forma central as vivências de crianças negras. Grande parte das investigações ainda se baseia nas percepções de adultos, como pais, professores e profissionais de saúde, o que invisibiliza as próprias experiências, sentimentos e subjetividades das crianças e adolescentes. Essa lacuna reforça a perpetuação de um discurso que fala sobre as crianças e adolescentes negros, mas não com elas, silenciando suas vozes e desconsiderando suas perspectivas como elementos fundamentais para o cuidado. Assim, investir em pesquisas e ações que escutem diretamente esse público é essencial para compreender os impactos do racismo em suas vidas e construir práticas mais sensíveis e eficazes nos CAPSi e demais espaços de cuidado.

Embora o CAPSi tenha um papel significativo nesse cenário, ele não pode ser visto como o único espaço para a construção de práticas antirracistas. O enfrentamento do racismo e a promoção de uma saúde mental inclusiva e equitativa envolvem esforços integrados e intersetoriais, envolvendo a escola, os serviços comunitários, as políticas públicas e a sociedade como um todo. Apenas por meio dessa articulação será possível construir uma rede de cuidado que enfrente o racismo de forma efetiva e promova a saúde mental das crianças e adolescentes negros (as) de maneira respeitosa.

5. Referências

- ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROS, Sônia et al. Atenção à saúde mental de crianças e adolescentes negros e o racismo. **Interface (Botucatu)**, v. 26, ed. 210525, 2022.
- BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caminhos para uma política de saúde mental infantojuvenil**. Brasília, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n.º 992, de 13 de maio de 2009. **Política Nacional de Saúde Integral à População Negra**. Brasília, 2009.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório final da III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília, 2002a.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n.º 336, de 19 de fevereiro de 2002. **Dispõe sobre as normas e diretrizes para organização dos CAPS**. Brasília, 2002b..
- CAMARGO, Climene et al. Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, p. 608-615, 2005.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasília, 2022.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília, 2014.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

SANTOS, A.; AZEVEDO, R.; SOUZA, LC; SILVA, E. Reflexões sobre a coleta do quesito raça/cor na Atenção Básica (SUS) no Sul do Brasil. **Saúde em Debate**, v. 131, pág. 213-225, 2021.

SANTOS, MG dos. **Do rap à RAPS: por uma (trans)formação em saúde mental ampliada** . 2020. Trabalho de conclusão de especialização, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SILVA, Ariane Andrade et al. O racismo contra crianças e adolescentes brasileiros/as. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 2024, Londrina. **Anais [...]**. Londrina, 2024.

UNICEF BRASIL. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil** . Brasília, 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Relatório técnico do diálogo deliberativo: o processo de cuidar em saúde mental da criança/adolescente negro usuário do CAPSij**.

VILA NOVA, Adeildo. Infância negra no Brasil, racismo e violação dos direitos humanos. In: XI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2023, São Luís. **Anais**